



Jane Araújo

## Senado tem projetos contra a corrupção

Ao comentar o envio de proposta do governo que aumenta a pena dos agentes envolvidos com atos de corrupção, o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, afirmou ontem que há muitas iniciativas na Casa com o mesmo propósito. Senadores e deputados, segundo afirmou, vão analisar esses projetos no próximo ano. **5**

Dom João Braz, com Marconi Perillo na missa de ação de graças, pediu que se vote impedimento a "cidadãos desqualificados"

### Arcebispo quer na política só quem tem ficha limpa

O arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, apelou aos parlamentares para que aprove o projeto que impede a candidatura de políticos condenados em primeira instância por improbidade administrativa. **5**

### Proposta na CCJ torna hediondo o crime de corrupção

Está pronta para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça proposta que torna hediondos os crimes de corrupção ativa e passiva e de peculato. Trata-se de um substitutivo a nove projetos de lei. **4**

### Frente parlamentar pede mais R\$ 8 bi para a saúde pública

A Frente Parlamentar da Saúde quer aumentar em R\$ 7,97 bilhões a dotação para a saúde pública e ameaça até obstruir a votação do Orçamento se o pedido

não for aceito. Esses parlamentares temem uma situação "dramática" em 2010 e pretendem reforçar atendimentos de média e alta complexidade do SUS. **7**



J. Freitas

Em sessão especial, o Senado reverenciou ontem a memória do desbravador português Pedro Teixeira. Ele liderou, entre 1637 e 1639, uma expedição pelos rios Amazonas e Negro que garantiu a incorporação de 5 milhões de quilômetros quadrados ao território brasileiro. **3**

dição pelos rios Amazonas e Negro que garantiu a incorporação de 5 milhões de quilômetros quadrados ao território brasileiro. **3**

José Cruz



Evandro Lima (E), Maurício Tolmasquim, Fernando Collor, Eliseu Resende e Jorge Samek em audiência pública no Senado

### Diretor de Itaipu prevê energia mais barata no próximo ano

O diretor-geral brasileiro de Itaipu, Jorge Samek, previu ontem, em audiência no Senado, tarifas de energia elétrica mais baratas em 2010. A conta mais baixa para o consumidor, segundo ele, decorre de dois fatores: valorização do real diante do dólar e queda

no custo da energia. Os participantes da audiência discutiram também as causas do apagão que em 10 de novembro atingiu 17 estados e o Distrito Federal. A maioria considerou o sistema brasileiro "robusto", mas não imune a novas ocorrências. **6**

Participantes de audiência pública na CAS não chegam a acordo sobre projeto de regulamentação profissional e relator da matéria, Paulo Paim, quer ampliar discussão



Darcy Cordeiro (E), Isaias Lobão, Rosalba e João Batista Isaquiel durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais

## Divergências marcam debate sobre profissão de teólogo

DIANTE DAS DIVERGÊNCIAS surgidas em relação ao projeto que regulamenta a profissão de teólogo, na audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o relator, Paulo Paim (PT-RS), disse que não via "a mínima condição" de o projeto (PLS 114/05) constar da pauta da próxima reunião da comissão, na semana que vem.

Na opinião de Paim, o tema "é explosivo" e será preciso realizar mais audiências públicas. Ele disse que tem recebido muitos e-mails de pessoas pedindo, inclusive, que a profissão não seja regulamentada e previu que a matéria só estará pronta para entrar na pauta da CAS em fevereiro ou março do próximo ano.

Paim solicitou que as colaborações ao projeto sejam enviadas diretamente ao e-mail: paulopaim@senador.gov.br.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), concordou com a ampliação do debate.

Participaram da audiência o vice-presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás (Ciergo), Darcy Cordeiro; o professor da Faculdade Evangélica de Brasília

Isaias Lobão Pereira Júnior; o presidente da Convenção Brasileira dos Ministros das Igrejas Assembleias de Deus – Ministérios de Missões e Igrejas Filiadas (Cobramad), João Batista Isaquiel Ferreira; e o vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica, Valmor da Silva.

Darcy Cordeiro disse que é preciso distinguir melhor o bacharelado da licenciatura. Ele explicou que o bacharel em Teosofia está devidamente conceituado no projeto e é aquele que faz a reflexão sobre a fé e acredita na revelação cristã. No caso da licenciatura não é assim, pois o professor de Teosofia, que é licenciado em ensino da religião, é o cientista que aborda as ciências sobre o fenômeno religioso sem vinculação a uma religião específica.

### Atividade

O representante da Ciergo também discordou do inciso que incorpora os teólogos não diplomados que tenham exercido a atividade há mais de cinco anos.

Isaias Lobão, por sua vez, defendeu a permanência daquele inciso. Ele disse que os teólogos

sem formação acadêmica estão na labuta diária, mas não deixam de buscar a educação formal que lhes falta.

João Batista lembrou que peões de rodeio e guardadores de carros já são profissionais regulamentados e disse que a aprovação dessa lei seria o resgate de uma dívida com quem batizou, casou, aconselhou, consolou e esteve ao lado das pessoas na hora da morte. Batista pediu que o PLS tramitasse em regime de urgência.

Valmor da Silva afirmou que, por ser "amplo e confuso", o projeto de lei poderá prejudicar os teólogos em vez de beneficiá-los. Ele disse que, antes de regulamentar, é preciso definir melhor o que é a profissão. Valmor lembrou que a licenciatura de Teologia não existe no Brasil e classificou como "problema" os cursos livres que não são regulamentados. Ele também repudiou o inciso que dispensa diploma para quem exerce a profissão há mais de cinco anos.

– Nós rejeitamos veementemente. Sem diploma, de jeito nenhum. Tem que ter preparo acadêmico – afirmou.



Paulo Paim também inclui entre direitos humanos o fim do fator previdenciário

defende, de 40% em relação a 1990 para os países ricos, e a proposta brasileira de 80% de redução do desmatamento.

Paulo Paim também disse considerar questões de direitos humanos o fim do fator previdenciário e o reajuste das aposentadorias de acordo com o valor do reajuste dado ao salário mínimo.

Ele mencionou ainda o combate à violência, à violência doméstica contra a mulher, ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, à miséria, à doença e ao desemprego.

Ao final do pronunciamento, Paim lembrou a fome em regiões da África, da América Latina e do Caribe.

## Mão Santa agradece presença de senadores em lançamento

Mão Santa (PSC-PI) agradeceu ontem a presença de seus colegas parlamentares no lançamento, na quarta-feira, do livro *Atentai bem!*, do jornalista Zózimo Tavares, que retrata a trajetória política do senador. O jornalista é editor-chefe do jornal *Diário do Povo*, de Teresina, e membro da Academia Piauiense de Letras.

O senador citou o depoimento dado ao autor do livro pelo presidente do Senado, José Sarney. O dirigente da Casa afirma que, no momento em que o Parlamento vive uma crise no mundo inteiro, Mão Santa tem prestado um serviço extraordinário ao Senado. Sarney ressalta



Mão Santa: livro *Atentai bem!* relata a trajetória política do senador piauiense

que, mesmo quando o Senado está quase deserto, Mão Santa nunca deixa de, da tribuna, "emitir sua voz e marcar sua presença", exercendo a crítica e a fiscalização pela palavra.

## Rosalba comemora centenário da Arquidiocese de Natal

O Senado encaminhará voto de louvor à Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, pela comemoração do seu centenário, que transcorrerá no próximo dia 29 de dezembro. A homenagem foi requerida pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que lembrou alguns religiosos que marcaram a Igreja Católica do estado, como o padre João Maria, dom Marcolino, dom Nivaldo Monte, dom Alair Vilar Fernandes de Melo, dom Heitor de Araújo Sales e dom Matias Patrício de Macedo.

A senadora também recordou o Movimento de Natal, dirigido pelos então jovens padres Eugê-



A pedido de Rosalba Ciarlini, Senado encaminhará voto de louvor

nio Sales, Nivaldo Monte, Alair Vilar, Manoel Tavares, Pedro Moura e Expedito Medeiros – este foi pároco de São Paulo do Potengi (RN) por 56 anos.

## Claudino elogia implantação de programa social em Cabeceiras

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) elogiou ontem a implantação, no município de Cabeceiras (PI), de um projeto piloto do Programa Aluno Nota 10 na Escola, na Vida e no Esporte. O programa, que terá início em janeiro, é uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada e irá beneficiar inicialmente 120 alunos de dez a 16 anos.

O parlamentar informou que o programa, além de formar cidadãos, "fortalecendo o tecido social", prevê investimentos nas áreas cultural e de esporte.

Claudino também manifestou o seu apoio às reivindicações de servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Piauí, que estão em greve. Segundo assinalou, os

servidores pedem a implantação de plano de carreira, melhoria nas condições de trabalho, redução da jornada de trabalho e programas de treinamento e capacitação, entre outras reivindicações.

O parlamentar ainda apresentou em Plenário requerimento de voto de aplauso ao programa *Globo Rural*, da TV Globo, que foi ao ar no último dia 16 e que teve como tema a cajucultura piauiense.

Em seu pronunciamento, João Vicente Claudino também relatou visita aos municípios de Barras – durante os festejos de Nossa Senhora da Conceição – e Luzilândia, onde ele e o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) foram homenageados com o título de cidadãos luzilandenses.

## Paim lamenta a não aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Paulo Paim (PT-SP) lamentou em Plenário não poder comemorar ontem, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. O senador disse que, apesar de seu esforço para aprová-lo na Câmara, o projeto voltou ao Senado com alterações que "deformaram" o texto original (PLS 213/03). Afirmou que na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tramita agora, pretendem modificá-lo novamente, com "maiores prejuízos" à proposta.

O parlamentar salientou que, na data, a Declaração dos Direitos do Homem, aprovada em assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), completava 61 anos. O documento, observou, é um manifesto contra toda forma de discriminação, como os crimes hediondos praticados contra os negros, quando esses foram escravizados e tratados "como animais".

Paim lembrou que o tema deste ano escolhido pela ONU

para realçar a data é "Direitos humanos e a pobreza".

O senador apresentou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais a desigualdade racial é responsável por um terço da diferença entre não negros e negros no Brasil.

– Cada vez mais se nota uma diferença na realidade entre negros e não negros. A diferença entre as rendas médias aumentou R\$ 50,92.

O estudo aponta, conforme Paim, que a desigualdade racial é responsável por grande parte da desigualdade social do país.

### Meio ambiente

Para o senador, a questão ambiental é também de direitos humanos, e a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15) deve aprovar "medidas urgentes" para proteção do meio ambiente.

São necessárias, avalia, a redução de emissões, como o Brasil

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Romeu Tuma (PTB-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Augusto Botelho (C) preside sessão especial no Plenário do Senado

## Homenagem a Pedro Teixeira e aos 370 anos de expedição à Amazônia

O Senado reverenciou ontem a memória do desbravador português Pedro Teixeira, que liderou, entre 1637 e 1639, uma expedição pelos rios Amazonas e Negro, incorporando 5 milhões de quilômetros quadrados ao território brasileiro.

A sessão especial de homenagem foi requerida por Aloizio Mercadante (PT-SP), que ressaltou o papel "preponderante" exercido por Pedro Teixeira junto à Coroa Portuguesa na preservação da integridade territorial da então colônia na América. "Os objetivos desse monumental esforço de exploração foram tomar posse das terras em nome do rei de Portugal e estabelecer Belém, ponto final da expedição, como rota de escoamento das mercadorias que saíam do Peru para a Espanha pelo Pacífico", explicou o senador.

A trajetória do bandeirante – descrita no livro *Novo descobrimento do grande rio Amazonas*, editado em 1641 – foi saudada

por mais 12 senadores: Marconi Perillo (PSDB-GO), Jefferson Praia (PDT-AM), Augusto Botelho (PT-RR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romeu Tuma (PTB-SP), Sadi Cassol (PT-TO), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – além de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Wellington Salgado (PMDB-MG), que admitiram desconhecer a história de Pedro Teixeira antes do pedido da sessão.

Participaram ainda da sessão o governador de Roraima, José Anchieta Júnior; o presidente da Portugal Telecom, Zeinal Bava; o presidente da Vivo, Roberto Lima; representantes dos comandos das Forças Armadas; o presidente da Câmara Municipal de Catanhede (cidade portuguesa onde nasceu o bandeirante), João Pais de Moura; o presidente da Câmara Brasil-Portugal, Manoel Tavares de Almeida; entre outras autoridades.

## Tuma lamenta que desbravador português seja pouco conhecido



Tuma: Pedro Teixeira desbravou o Amazonas a remo em dois anos

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) homenageou o português Pedro Teixeira, que há 370 anos comandou uma expedição pelo rio Amazonas.

– Infelizmente os livros de História quase não trazem refe-

rência sobre Pedro Teixeira e sua bonita história. Ele praticamente desbravou o rio Amazonas a remo. Levou dois anos nessa aventura – afirmou Tuma.

O parlamentar também destacou a publicação do livro *Saúde ocular e prevenção da cegueira*, dos oftalmologistas Newton Kara José e Maria de Lourdes Veronese Rodrigues, que aborda o desenvolvimento da visão e enumera as causas de baixa visão e da cegueira durante a gestação, o parto e no recém-nascido.

Tuma também cumprimentou o senador Mão Santa (PSC-PI) pelo lançamento do livro *Atentai bem*, do jornalista Zózimo Tavares, sobre a atuação do senador piauiense.

## Senado Cultural encerra ano com show de "pratas da casa"

Músicos e cantores servidores do Senado ocuparam o palco da Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, em Brasília, na noite de quarta-feira, para o show de encerramento do projeto Pratas da Casa, a vertente musical do Programa Senado Cultural. Coube à maestrina Glicínia Mendes formatar e dirigir a apresentação, com a participação de artistas como Vanessa Pinheiro, Sthel Nogueira, Daniel Reis, Carlos Penna, Alexandre Ladeira, Anne

Evans, Zemariosimil, Cássia Portugal, Wilsinho, Jambeiro, Nelson Oliveira e Angela Brandão, além do grupo BSB Trio Brasil e do Coral do Senado.

Após a apresentação, foi realizada sessão de autógrafos com os chargistas Gougou, Guidacci, Lopes, Luiz Gê e Ivan de Souza, o filho de Henfil. Eles são alguns dos participantes do livro *Salão de humor da anistia*, publicação comemorativa dos 30 anos da anistia.

Senador anuncia participação em conferência das Nações Unidas e afirma que políticos precisam dialogar sobre temas relevantes como meio ambiente e importância da educação

# Cristovam vai à Dinamarca propor nova postura política

CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF) informou que participará da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), em Copenhague, Dinamarca. O senador disse que, durante o encontro da União Internacional Pan-Americana, vai discursar propondo uma nova postura para os políticos de todo o planeta.

Na opinião de Cristovam, o político do século 20 precisa estar preparado para lidar não apenas com assuntos de sua comunidade, mas sim de todo o planeta, como o equilíbrio ecológico.

– Houve um apequenamento dos líderes, que deixaram de ter preocupação mundial e passaram à preocupação local. Esta é a primeira fronteira: como sair da preocupação unicamente com os seus eleitores, com a sua comunidade, e pensar na comunidade internacional? – indagou.

Os políticos também precisam adaptar-se às novas tecnologias de comunicação, acrescentou



Cristovam: político do século 20 precisa lidar com assuntos de todo o planeta

Cristovam, pois agora a interação com os eleitores passa a ser mais direta, instantânea.

– Vai haver uma mudança radical na maneira como nós, políticos, nos relacionamos entre nós e nos relacionamos com os eleitores – disse.

### Prisão da economia

Além disso, continuou o senador, os políticos precisam substituir o antigo embate ideológico entre esquerda e direita pelo debate e diálogo sobre

temas relevantes, como o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a importância da educação. De acordo com Cristovam, os políticos mundiais necessitam "sair da prisão da economia".

– A grande reforma está na cabeça, na mentalidade das pessoas. E isso é um produto da educação. Nem vou dizer da escola, porque não é só a escola; é a escola, a mídia, é a família, são as religiões, são as amizades. Mas é a educação que vai mudar a mentalidade, realizar grandes transformações – disse.

Em aparte, Patrícia Saboya (PDT-CE) elogiou o discurso e disse que a política deve recobrar seu poder transformador da sociedade e pensar em como conciliar o desenvolvimento da economia "com a defesa do planeta e das futuras gerações". Também em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que, além da preservação ambiental, é necessário mais apoio para as pessoas que vivem na Amazônia.

## Banalização da violência preocupa Patrícia Saboya

A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) manifestou ontem sua preocupação com a banalização da violência no país. Ela citou dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostram que a violência se incorporou à rotina da juventude brasileira.

– É extremamente preocupante essa banalização da violência. Infelizmente, a cultura da violência está arraigada na nossa sociedade. E aqui não estou me referindo apenas à violência urbana, que está aniquilando diariamente milhares de famílias brasileiras e hoje é um dos

mais graves problemas sociais brasileiros – afirmou.

Segundo Patrícia Saboya, um dos caminhos a ser trilhados no combate à violência é o investimento em ensino de qualidade desde cedo, além de políticas sociais consistentes em áreas como saúde, geração de trabalho e renda, moradia, saneamento básico, segurança pública, cultura, esporte e lazer.

A senadora lamentou a falta de "boas doses de ousadia e vontade política dos agentes públicos nas três instâncias governamentais, para colocar



Patrícia cobra "boas doses de ousadia e vontade política" das autoridades

a cruzada contra a violência no topo das prioridades do poder público e da sociedade".

Patrícia citou ainda a violência contra a mulher, condenando "a velha tendência de transformar a mulher de vítima de uma situação em culpada".

## Gilvam apoia estruturação dos conselhos tutelares



Gilvam Borges

e PLS 278/09) tramitam em conjunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e receberam parecer pela aprovação, na forma de substitutivo de Patrícia Saboya (PDT-CE).

Segundo Gilvam, a principal reivindicação da comitiva do Amapá na conferência é a instalação imediata dos conselhos tutelares. O senador chegou a ler trecho do parecer de Patrícia Saboya às duas propostas, em que se evidencia que a principal dificuldade para ativação do serviço de proteção à infância e à juventude é a falta de uma lei que defina o processo de escolha e a remuneração dos conselheiros tutelares.

Após registrar a realização da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Brasília, Gilvam Borges (PMDB-AP) declarou seu apoio a dois projetos que tratam da estruturação dos conselhos tutelares no país. Ambos (PLS 119/08

## Augusto destaca esforço no combate ao câncer



Augusto Botelho

uma nova política que reconheça o câncer como problema de saúde pública. Tais ações, afirmou o senador, estão estruturadas por meio da Rede de Atenção Oncológica.

Augusto ressaltou que o objetivo dessa política deve referir-se simultaneamente às questões relativas à incidência e à mortalidade por câncer. A redução da incidência está diretamente associada às medidas de prevenção e de conscientização da população quanto aos fatores de risco da doença. Já a redução da mortalidade depende da capacidade nacional de detectar e tratar o câncer o mais precocemente possível.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) disse ontem que, desde o lançamento da Política Nacional de Atenção Oncológica, em dezembro de 2005, o governo federal tem realizado um grande esforço para promover ações integradas com a sociedade, visando implementar

Comissão de Constituição e Justiça analisa proposta que aumenta punição prevista para desvio de recursos públicos. Governo anunciou projeto com o mesmo objetivo

## Corrupção poderá ser considerada crime hediondo

ESTÁ PRONTO PARA ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, projeto que considera hediondos os crimes de corrupção ativa e passiva e de peculato. A matéria foi incluída na pauta da CCJ no dia 13 de novembro. Se for aprovada e se não houver recurso para que seja submetida ao Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados. Como já haverá parecer aprovado pelos senadores, a tramitação da proposta poderá ser bem mais rápida do que a do projeto do governo que trata do mesmo assunto, anunciado esta semana.

O que estará em votação na CCJ é um substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a nove projetos de lei. O texto alternativo do relator é favorável ao PLS 40/06, apresentado pela então senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), mas aproveita sugestões de outras proposições.

O substitutivo amplia a lista de práticas criminosas contida na Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90). Segundo explicou Demostenes no relatório, o PLS 40/06 propôs a criação de figuras qualificadas para os crimes de corrupção ativa e passiva. Mas o relator não se limitou, no substitutivo, a incluir apenas esses delitos na Lei de Crimes Hedion-



Relator Demostenes aproveitou, num único texto, pontos de diversos projetos

dos. Como a proposta tramitava em conjunto com outras oito correlatas, Demostenes decidiu incorporar sugestões de algumas delas em seu substitutivo.

Assim, ao lado dos crimes de corrupção passiva e ativa, relacionou os de peculato e de inserção de dados falsos ou modificação não autorizada em sistema de informações, estabelecidos no PLS 253/06, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Todos esses delitos passarão a ser considerados hediondos quando sua prática ocasionar dano ao patrimônio público.

O relator também aproveitou – com ajustes – o conteúdo do PLS 739/07, elaborado pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP) e que acrescenta ao rol de cri-

mes hediondos a falsificação, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios. Quanto aos demais projetos, Demostenes defendeu seu arquivamento, seja pelo fato de trazerem medidas já reguladas em lei ou tratadas em outras propostas em tramitação, seja por não se enquadrarem perfeitamente à tipificação criminal definida pela Lei de Crimes Hediondos.

Embora entenda que só devem ser incluídos na relação dos crimes hediondos os casos em que isso seja muito necessário, para que não haja uma banalização em relação a essa conduta delituosa, Demostenes considera não haver dúvidas de que é preciso inserir os crimes de corrupção nesse rol.

## Demostenes apresentou projetos contra crime do colarinho branco

O senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da proposta que torna a corrupção na área pública crime hediondo, é autor de uma série de projetos para combater essa prática.

O PLS 438/03 aumenta as penas para os crimes de corrupção e estabelece a obrigatoriedade do regime inicial fechado para o cumprimento da pena aos condenados pelos crimes mais graves. A proposição está na CCJ, comissão presidida pelo senador.

Outro projeto que está na CCJ é o PLS 442/03, que aumenta as penas para os crimes contra a ordem tributária e estabelece a obrigatoriedade do regime inicial fechado para o cumprimento da pena, tornando mais rigoroso o tratamento dispensado aos sonegadores, que não poderão progredir de regime ou obter o livramento condicional sem antes cumprir metade da pena imposta.

Também tramita na CCJ o PLS 440/03, que acaba com o que Demostenes qualifica de “um dos maiores absurdos jurídicos” da legislação brasileira: a norma pela qual o sonegador ou fraudador fiscal que ressarcir o erário antes do recebimento da denúncia criminal fica livre de punição. Para o senador, “trata-se de norma claramente criminógena, que estimula o crime, pois o en-

riquecimento ilícito a ser obtido legítima e convida ao risco”. Ele também observa que o Estado troca “a repressão penal pela gratidão de se ter contribuído tardiamente para o superávit fiscal do governo.”

### Doleiros

O PLS 496/03, que aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), estabelece condições para a progressão do regime de cumprimento de pena privativa de liberdade, e o PLS 524/03, que está na CCJ, agrava a pena imposta a quem se ocupa ilegalmente da atividade de operador de câmbio, sem a devida autorização, em nome próprio ou de outrem – o doleiro.

Já o PLS 479/03 e o PLS 437/03 foram encaminhados à comissão especial interna do Senado que analisou o projeto de reforma do Código de Processo Penal (PLS 156/09). O primeiro muda as condições em que poderá ser decretada a prisão preventiva e o segundo aumenta as penas e o valor da fiança no caso de lavagem de dinheiro.

Dois dos projetos desse pacote – o PLS 474/03, que aumenta os prazos de prescrição dos crimes, para evitar a impunidade, e o PLS 439/03, que aumenta as penas para os crimes do colarinho branco – já foram aprovados no Senado.

## DEM recebe desfiliação de Arruda

A Executiva Nacional do Democratas reuniu-se na tarde de ontem para analisar a decisão do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, de se desfiliar do partido. A decisão foi confirmada pelo próprio governador aos parlamentares, por telefone, pouco antes da reunião, na sede do Diretório Nacional do DEM, no Senado.

O presidente nacional do partido, deputado Rodrigo Maia (RJ), disse que a decisão de Arruda torna desnecessária a reunião que seria realizada hoje, em que o DEM optaria pela expulsão ou permanência do governador no partido.

O governador, o vice, o presidente da Câmara Legislativa e vários outros deputados e autoridades são acusados, juntamente com deputados distritais, assessores, empresários e jornalistas, de participar de um esquema de corrupção no DF, revelado pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal.

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), também defendeu o exame, pelo partido, das demais denúncias “com a devida atenção”. Ele lembrou que a instalação de processos disciplinares de deputados distritais e estaduais deve ser feita pelos diretórios regionais.

## Simon: sem prisão de corrupto não se combate a impunidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) subiu à tribuna ontem para assinalar que sem lutar contra a impunidade não se combate a corrupção. Lembrou que na quarta-feira, Dia Internacional de Combate à Corrupção, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso um pacote de medidas contra esse tipo de crime. Afirmou, no entanto, que, sem garantias de que corruptos e corruptores sejam presos, não há como combater efetivamente a corrupção.

– Louvo o pacote do presidente Lula, pois temos que ser duros contra os desvios do dinheiro tão sagrado, mas tenho certeza de que na orientação desse pacote, para ser mais efetivo, devia ser acrescentado o combate à impunidade – assinalou.

Para Simon, não é a falta de leis que torna a corrupção “tão intensa”, mesmo porque o Brasil tem um aparato legal dos mais completos do mundo de combate ao problema. O que falta, conforme disse, é o cumprimento das leis.

O senador afirmou que o Poder Judiciário não julga os crimes de corrupção de autoridades ou, quando o faz, aplica penas mais condescendentes. Para exemplificar, recordou que no Superior Tribunal de Justiça (STJ), de cada cem casos de corrupção julgados, apenas um tem como resultado final a condenação. No Supremo Tribunal



Aparato legal do país é um dos mais completos do mundo, afirma Simon

Federal (STF), continuou, 45,8% das ações de corrupção contra políticos e autoridades nem sequer chegam a ser julgadas.

– Nunca houve nenhuma autoridade condenada por corrupção no Supremo Tribunal Federal – ressaltou.

Na opinião de Simon, a impunidade somente será combatida no Brasil quando o povo se conscientizar sobre o problema e sair às ruas, cobrando providências. Ele comparou imagens da repressão da ditadura chinesa, nos famosos protestos de 1989, com a ação da Polícia Militar contra estudantes que protestavam quarta-feira contra o governo do Distrito Federal. Os manifestantes pediam a saída do governador José Roberto Arruda, que foi flagrado por câmeras recebendo maços de dinheiro e teve conversas gravadas pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal.

## Heráclito pede ao TCU que investigue obra em Teresina

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que investigue a natureza das obras no Centro de Convenções de Teresina. É preciso saber, disse, “se é uma obra nova ou se é uma reforma”.

Conforme o senador, na avenida Marechal Castelo Branco uma placa do governo do Piauí anuncia a construção do “Novo Centro de Convenções de Teresina”. Já perto da obra, outra placa informa: “Reforma e requalificação do Centro de Convenções de Teresina”.

– A desfaçatez é tão grande que não tiraram sequer o nome original: Centro de Convenções Dirceu Arcoverde. Ele foi construído no governo de Arcoverde, mas o governo anuncia como se fosse obra nova. Há três ou quatro anos o governador prometeu com estardalhaço construir no Piauí o maior centro de convenções do país. Contratou até o escritório do arquiteto Ruy Ohtake. É preciso saber quanto foi gasto nesse projeto e por que ele não serviu.

Heráclito também pediu ao TCU que se investiguem contratos firmados sem licitação para a promoção de festas em diversos municípios do Piauí. De acordo com o senador, uma empresa, a Dinamite,



Heráclito: vítimas de rompimento da barragem Algodões I receberam pensão

teria sido contratada para promover diversos eventos com dinheiro repassado pelo Ministério do Turismo. Porém, no lugar de um contrato único, são vários.

– Ao invés de uma licitação global, eles picotam para burlar a Lei da Concorrência – afirmou Heráclito.

O senador anunciou ainda que a juíza de Cocal, Maria do Perpétuo Socorro Ivani de Vasconcelos, concedeu liminar em favor das vítimas do rompimento da barragem Algodões I. No acidente, ocorrido em maio, morreram nove pessoas e mais de 3 mil famílias ficaram desabrigadas. A juíza determinou ao governo do estado que pague pensão temporária para mais de 400 pessoas atingidas pela tragédia.

Presidente em exercício do Senado comenta envio de proposta que aumenta rigor contra a corrupção, lembrando que há no Congresso muitas iniciativas semelhantes

## “Projeto de Lula deveria ter vindo antes do mensalão”

“LAMENTO QUE ESSE projeto não tenha vindo antes do mensalão.” A afirmação é do presidente em exercício do Senado, Marconi Perillo, ao comentar ontem o projeto de lei enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Congresso, para aumentar a pena de agentes públicos condenados por crime de corrupção.

– Acho boa a iniciativa do presidente, como todas as outras, mas lamento que tenha vindo muito depois, e não antes do mensalão. Temos aqui no Senado e na Câmara muitos projetos semelhantes ao que foi enviado. Mas, repito, não adianta fazer demagogia neste país, é preciso ação concreta e não ação apenas em relação a terceiros, mas em relação aos nossos próprios procedimentos.

O presidente em exercício do Senado falou em entrevista aos jornalistas, ao final da missa de ação de graças, celebrada pelo dom João Braz de Aviz, por ocasião do encerramento do ano legislativo. Durante a homilia, o celebrante se referiu ao projeto de iniciativa popular que proíbe a candidatura de políticos com



Marconi: “Não adianta fazer demagogia”

“ficha suja”. Dom Aviz pediu aos parlamentares que não se omitam diante de um apelo tão transparente para impedir que cidadãos desqualificados representem os brasileiros.

### Otimismo

Ao comentar o pedido de dom Aviz, Marconi manifestou otimismo quanto à aprovação de projetos anticorrupção.

– Nós temos tramitando no Senado e na Câmara inúmeros

projetos que têm como objetivo combater a corrupção. Projetos para endurecer as penas para os crimes de colarinho branco, de corrupção, de prevaricação, de concussão etc. Eu creio que, no início do próximo ano, Senado e Câmara vão se debruçar sobre esses projetos e, com certeza, vamos dar resposta clara à população brasileira em relação aos nossos propósitos e à nossa preocupação em relação à ficha limpa na política – disse.

Na mesma entrevista, Marconi afirmou que o ano de 2009, que começou com dificuldades políticas, termina com um saldo positivo.

– Este foi um ano de percalços, de dificuldades, mas de uma produção legislativa muito intensa. O ano legislativo, que começou com dificuldades, colocando à prova o Senado, a sua capacidade de se reestruturar, de se organizar e de provar para a sociedade que era possível dar transparência a todas as suas ações, termina com saldo positivo. Eu diria que o ano que começou com muita dificuldade, com nuvens negras, termina com excelente saldo.

## Arcebispo pede aprovação do Projeto Ficha Limpa

O arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, apelou aos parlamentares para que aprovem projeto que impede a candidatura de políticos condenados em primeira instância por crime de improbidade administrativa, chamado Projeto Ficha Limpa. Ele celebrou ontem missa de ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos do Senado e da Câmara.

Dom João Braz de Aviz pediu aos parlamentares que “não se omitam quanto a esse instrumento eficaz que impede que cidadãos desqualificados representem nosso povo”. De iniciativa popular, a proposta (PLP 518/09) tramita na Câmara dos Deputados. Ele informou que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral promove a Campanha Ficha Limpa para pressionar o Congresso pela aprovação da proposta.

O arcebispo lamentou que, próximo ao aniversário de 50 anos de Brasília, a serem come-



Arcebispo de Brasília celebra missa de ação de graças no Congresso

morados em 2010, integrantes do Executivo e do Legislativo, além de empresários do Distrito Federal, estejam envolvidos em atos de corrupção.

A missa de ação de graças – que ocorre todos os anos para marcar o encerramento das atividades legislativas – contou com a participação do presidente em exercício do Senado,

Marconi Perillo, que fez a leitura de passagem do livro bíblico Hebreus, e do presidente da Câmara, Michel Temer, a quem coube a leitura de trecho de Isaías.

Participaram ainda da cerimônia os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Gerson Camata (PMDB-ES), Romeu Tuma (PTB-SP) e Mão Santa (PSC-PI).

## Governo promove desequilíbrio fiscal, alerta Antonio Carlos Júnior

O governo Lula, segundo Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), está promovendo o desequilíbrio fiscal. O senador disse que isso acontece em decorrência das medidas de incentivo à economia, do aumento dos gastos correntes, de um “falso equilíbrio” obtido com a manutenção da dívida líquida e do crescimento da dívida bruta – que já passou de 66% do PIB e deve, segundo ele, superar 70% em 2010.

Para ACM Júnior, “a intenção do governo é deixar para o próximo presidente a tarefa de equilibrar as contas”. Outra crítica do parlamentar é à forma como o governo promove gastos por meio do BNDES e dos bancos estatais, sem que o Senado



Antonio Carlos Júnior afirma que “a conta” ficará para o próximo governo

tenha poder fiscalizatório sobre a aplicação desses recursos. Ele requereu informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, para que esclareça os critérios adotados pelo BNDES para a destinação de seus recursos.

## Mozarildo quer plebiscito sobre criação do estado do Carajás

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que não é possível pensar em desenvolvimento regional, especialmente na região amazônica, sem discutir a redivisão territorial do país. Ele voltou a defender a aprovação do projeto de decreto legislativo (PDS 52/07) que prevê a realização de plebiscito sobre a criação do estado do Carajás, aprovado na semana passada pelo Senado e enviado à Câmara dos Deputados.

Mozarildo afirmou que esse tipo de pleito costuma sofrer resistência por parte das bancadas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e dos estados afetados pelo desmembramento territorial.



Mozarildo aponta resistência de São Paulo, Minas e Rio contra a medida

– Peço aos parlamentares que não impeçam o povo de dizer se quer ou não a criação de um novo estado. Isso [a redivisão territorial] vai melhorar os serviços nas áreas de educação, saúde e segurança – disse.

## Oswaldo elogia incentivo a pesquisas sobre Centro-Oeste

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) saudou o lançamento, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, de programa especial de pós-graduação, mestrado e doutorado voltado à região Centro-Oeste. A iniciativa conta com a participação do Ministério da Educação e dos governos estaduais da região.

O programa vai incentivar cursos na área de ciência e tecnologia que tenham como objeto de pesquisa o Pantanal e o Cerrado, explicou Oswaldo Sobrinho. O senador destacou que foram justamente os investimentos em pesquisa que no passado viabilizaram a ocupação agrícola da região Centro-Oeste.

– Com essa decisão, demos um passo definitivo para buscar



Programa vai incentivar estudos sobre o Pantanal e o Cerrado, diz senador

condições para incentivar os cientistas a pesquisar a melhor forma de ocupação da região.

Oswaldo Sobrinho defendeu ainda a isenção de impostos para equipamentos utilizados por pessoas com deficiência, como as cadeiras de rodas.

## Ibama aplica “multas descabidas”, diz Virgílio



Virgílio: pequenos agricultores enfrentam ações de despejo

Arthur Virgílio (PSDB-AM) comentou denúncia do advogado Ricardo Gomes segundo o qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) comete arbitrariedades em Ipixuna (AM), perseguindo pequenos agricultores do município. Conforme o senador, pequenos agricultores “desmataram 1 ou 2 hectares” de suas propriedades para plantar mandioca ou para a agricultura de subsistência e agora enfrentam ações de despejo e multas descabidas aplicadas pelo órgão federal.

## Kátia Abreu defende direito de dono da terra

Kátia Abreu (DEM-TO) disse que representará junto ao Ministério Público Federal e à Procuradoria-Geral da República contra o descumprimento de ações judiciais na região da Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará. Segundo ela, a Força Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça, impediu o cumprimento de ordem da Justiça Federal de Santarém (PA) para que os donos da terra permaneçam no local. A senadora afirmou que, enquanto não ocorrer a desapropriação, os donos da terra não podem ser retirados.



Kátia Abreu: Força Nacional impede cumprimento de ordem

Jorge Miguel Samek afirma que preço mais baixo da conta será devido à folga na produção de energia e a novos investimentos, bem como à valorização do real



Collor (C) e Eliseu Rezende (2º à dir.) acompanham debate realizado em conjunto pela CI e CAE sobre causas do último apagão

## Diretor de Itaipu prevê queda na tarifa de energia

A TARIFA DE energia elétrica cobrada do consumidor deverá ficar mais barata em 2010. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-geral brasileiro de Itaipu, Jorge Miguel Samek, um dos expositores de audiência pública que discutiu a repentina interrupção no fornecimento de energia no dia 10 de novembro, atingindo 17 estados e o Distrito Federal. O debate foi promovido pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O preço mais baixo da conta a ser paga, segundo o diretor, decorrerá de dois fatores: o primeiro é o fato de a energia no Brasil estar ficando cada vez mais barata, já que Itaipu vem operando com folga e ainda faz novos investimentos. Também contribuirá para a redução da conta a valorização do real perante o dólar, que já está ocorrendo este ano, e deverá repercutir nas tarifas a partir de 2010.

### Apagão

Jorge Samek ressaltou que o Brasil, por ser o país que mais

recebe descargas elétricas em todo o mundo, não está imune a blecautes como o ocorrido em novembro.

– Querem criminalizar o sistema elétrico nacional é um desrespeito com o Brasil. Somos vanguarda do processo em todo o mundo. Houve problemas e poderá haver novos, pois nos próximos cinco anos haverá chuvas acima da média devido ao aquecimento dos oceanos.

### Dúvidas

Entretanto, na avaliação do engenheiro elétrico e professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB) Evandro Emilio de Souza Lima, é cedo para determinar as verdadeiras causas do blecaute do mês passado, pois se trata de um problema “muito complicado”.

Como exemplo, Evandro citou o blecaute ocorrido em Nova York em 1965, cuja causa até hoje tem várias explicações.

Já o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, concentrou sua exposição na explicação de que o apagão de novembro últi-

mo e os que ocorreram nos anos de 2001 e 2002 nada têm em comum. Naquele ano, quando foi decretado um racionamento de energia que durou nove meses, o problema, segundo afirmou, foi devido a falta de energia suficiente para atender à demanda e a ausência de investimentos na construção de usinas e linhas de transmissão.

– Comparar o que aconteceu naquele época, pela falta de investimentos, com o acidente recente é querer confundir a opinião pública. Naquela época, não tínhamos energia suficiente. Hoje, estamos vertendo água. Nunca tivemos reservatórios tão cheios – disse.

Maurício Tolmasquim afirmou que o atual sistema elétrico do país, tanto na parte de geração quanto em transmissão, deve ser motivo de orgulho para todo brasileiro, pois é um sistema “extremamente robusto, gerenciado por instituições que usam a melhor técnica e, por isso, é visitado por especialistas de todo o mundo”.

– Mas não existe imunidade a acidentes – observou.

## Collor envia novo convite ao presidente do TCU

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Fernando Collor (PTB-AL), lamentou a ausência do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, no debate de ontem sobre o apagão. O ministro havia sido convidado a explicar entrevistas

que teria dado logo após o blecaute de 10 de novembro, afirmando que o tribunal elaborara um relatório em que apontava várias falhas no sistema elétrico brasileiro.

– Farei um novo convite ao ministro para que compareça à próxima reunião da comissão

[no dia 17] e debata conosco o relatório para que possamos fazer um juízo de valor do que de fato aconteceu – afirmou Collor, ao ler o ofício de Ubiratan Aguiar justificando a ausência devido a compromissos assumidos pela presidência do tribunal.

## Jefferson Praia quer recursos do pré-sal investidos na Amazônia

Parte dos recursos advindos da exploração do pré-sal deve ser destinada à pesquisa para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, defendeu Jefferson Praia (PDT-AM). O senador fez a sugestão ao reportar a realização da primeira audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o modelo de exploração do pré-sal, em Manaus, no último dia 4.

Na ocasião, informou o senador, estiveram presentes representantes do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), da Eletronuclear e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), entre outros órgãos.

Foi do representante da Suframa a observação, reproduzida por Praia em Plenário, de que o petróleo é a extensão de um modelo que, com o tempo, vai se tornar obsoleto. Nesse contexto, a Amazônia se destaca como a região do globo que ainda consegue absorver as emissões de carbono do mundo.

– O Brasil tem uma responsabi-



Senador defende verba para pesquisa sobre desenvolvimento sustentável

lidade muito grande com aquela parte do globo, assim como os países mais ricos. Queremos firmar parcerias e adquirir tecnologia para propiciar a elevação da qualidade de vida das pessoas que estão lá – afirmou.

Praia informou que, no próximo final de semana, irá a Copenhague, na Dinamarca, onde se realiza a cúpula mundial do clima. Ele disse que pretende levar ao fórum “as ideias de um caboclo da Amazônia”.

– Sem a melhoria da qualidade de vida das pessoas, dificilmente conseguiremos manter a floresta em pé – frisou.

## Camata defende mais royalties para estados que sofrem impacto

Projeto em discussão na Câmara sobre a divisão dos royalties relativos à exploração de petróleo na camada pré-sal entre os estados foi criticada por Gerson Camata (PMDB-ES). O senador disse que a proposta não está levando em conta o que diz a Constituição a esse respeito e ressaltou que uma lei ordinária não pode alterar a Carta Magna.

Camata citou o parágrafo 1º do artigo 20 da Constituição, que “assegura aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural (...) no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração”.

Ele disse que acha justa a distribuição dos royalties entre todos os estados, mas considera que uma parcela maior deve ser destinada às unidades da Federação que sofrem os impactos diretos da indústria petrolífera, a exemplo do Espírito Santo. Camata explicou que a presença



Lei ordinária não pode alterar a Constituição, destaca Camata

das plataformas de exploração no litoral capixaba afasta os peixes e vem causando prejuízos aos pescadores, que são obrigados a ir cada vez mais longe atrás dos cardumes, e isso acaba provocando o naufrágio das embarcações.

O senador também explicou que o trânsito constante de caminhões e veículos pesados da Petrobras na BR-101 acaba gerando problemas no sistema viário do Espírito Santo, exigindo novos investimentos em infraestrutura por parte do governo estadual.

Segundo Camata, o petróleo acaba deixando “destruição e miséria”.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa • Sadi Cassol

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Parlamentares ameaçam obstruir votação do Orçamento no Congresso se não for assegurada pelo menos metade do pleito para a área de Saúde

## Frente parlamentar pede mais R\$ 8 bi para a saúde

UM APELO DA Frente Parlamentar da Saúde com pedido extra de R\$ 7,97 bilhões para o setor está entre as indicações feitas pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI) no relatório da área da Saúde, para decisão por parte do relator-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2010, deputado Geraldo Magela (PT-DF). O relatório foi um dos três documentos setoriais da proposta orçamentária aprovados ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), em seu primeiro turno de trabalhos.

Sobre o pedido de mais R\$ 7,97 bilhões para a saúde, Claudino esclarece que o pleito encampado pela frente parlamentar traduz anseios dos conselhos formados por secretários de saúde dos estados (Conass) e dos municípios (Conasems).

Segundo ele, o relator-geral poderá apresentar solução satisfatória para essa demanda. Como observou, Magela dispõe de uma reserva de R\$ 13 bilhões da primeira reestimativa da arrecadação, sem contar uma possível reavaliação do crescimento do produto interno bruto (PIB).

— O projeto foi elaborado com uma previsão de crescimento da economia de 4,5% no próximo ano, mas análises atuais estão indicando a possibilidade de um desempenho que variaria de 5,1% a 6% — observou.

Na reunião, o deputado Darcí-



João Claudino relatou área de Saúde no Orçamento da União para 2010

sio Perondi (PMDB-RS), que dirige a frente da saúde, disse que pelo menos metade do valor do pleito precisa ser assegurada. Do contrário, afirmou, a saúde enfrentará uma situação “dramática” no ano que vem. Os recursos devem ser destinados ao reforço das despesas do Sistema Único de Saúde (SUS) com atendimento hospitalar de média e alta complexidade, ampliação do piso de atenção básica para estados e municípios e compra de medicamentos excepcionais — para tratamento de câncer e problemas cardíacos, por exemplo.

Perondi afirmou que a frente está disposta a bloquear a votação do projeto do Orçamento no Plenário do Congresso, caso a reivindicação não seja atendida de forma satisfatória. Para isso,

como disse, poderia ser solicitada a conferência de quórum na sessão. Ele disse que mais de 15 parlamentares já se comprometeram em apoiar o pedido, se for necessário.

### Emendas

O governo havia remetido ao Congresso uma proposta de orçamento para o Ministério da Saúde com recursos da ordem de R\$ 62,47 bilhões. Desse total, R\$ 57,8 bilhões seriam destinados a financiar ações e serviços de saúde. Depois do relatório, graças às emendas parlamentares, a área ganhou um reforço de R\$ 1,12 bilhão em recursos novos.

Outros R\$ 460 milhões foram destinados às emendas, a partir de cortes em despesas já previstas, seguindo critérios previstos no relatório preliminar. Sem recursos para atendê-los, Claudino rejeitou os pedidos formulados por meio de 39 destaques, mas os repassou à relatoria-geral. No documento, ele indicou uma alternativa para o relator ampliar o valor das emendas: usar os R\$ 100 milhões reservados no relatório da área para os hospitais-escola universitários, transferindo a ação correspondente para a área temática da Educação, à qual pertenceria.

No total, foram aprovadas para o setor 2.082 emendas, sendo 54 de bancadas, sete de comissões e 2.021 individuais.



Na CMO, Lobão Filho (C), relator setorial, e Almeida Lima (D), presidente da comissão

## Emendas injetam R\$ 2 bilhões no orçamento do Turismo

Contemplado na proposta do governo com recursos de R\$ 857 milhões para o ano que vem, um valor significativamente menor em relação ao autorizado para 2009, que foi de R\$ 2,69 bilhões, o orçamento do Ministério do Turismo ganhou um reforço de R\$ 2,08 bilhões depois de aprovado o relatório da área de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Como vem ocorrendo nos últimos anos, a pasta poderá ampliar seus gastos no exercício graças às emendas parlamentares.

No total, os três ministérios dessa área setorial receberam 1.433 emendas, que totalizaram recursos de R\$ 2,16 bilhões. Nada menos que 1.388 emendas foram direcionadas para a pasta do Turismo, favorecida com o aumento de R\$ 2,08 bilhões.

### Dívida pública

A proposta para as três pastas, relatada pelo senador Lobão

Filho (PMDB-MA), chegou ao Congresso com crédito global de R\$ 1,07 trilhão. Desse total, R\$ 109,3 bilhões correspondem ao pagamento de juros e encargos da dívida pública federal e R\$ 756,3 bilhões destinam-se às amortizações, a maior parte para rolagem de títulos. Exceto a gestão da dívida pública, o Ministério da Fazenda recebeu R\$ 19,2 bilhões, perdendo cerca de R\$ 107,5 milhões no relatório.

Na pasta da Fazenda, as despesas atendem, entre outros órgãos vinculados, a Secretaria da Receita Federal e gastos diretos do Banco Central.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ganhou um acréscimo de R\$ 66,4 milhões com as emendas, passando a um orçamento final de R\$ 1,5 bilhão para 2010. Nessa pasta, estão, por exemplo, as despesas da Superintendência do Polo Industrial de Manaus e do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro).

## Relatório setorial da Agricultura reforça verba para a Embrapa

A Comissão Mista de Orçamentos (CMO) aprovou na tarde de ontem o relatório setorial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário (Área Temática IX), referente ao projeto de lei orçamentária para o próximo ano.

O montante de recursos programados para a área temática totaliza R\$ 12,85 bilhões, sendo R\$ 7,81 bilhões destinados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; R\$ 4,56 bilhões ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; e R\$ 484 milhões para o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Um dos pontos de destaque da proposta, de acordo com o relator, deputado Nárcio Rodrigues (PSDB-MG), foi o aumento de R\$ 294 milhões no orçamento previsto para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com relação aos recursos disponibilizados à empresa no orçamento deste ano.

— A grande preocupação que eu tive foi valorizar o papel da Embrapa. Por isso, procurei fazer com que a instituição fosse preservada de qualquer tipo de remanejamento ou corte e pudesse haver um aporte de recursos que desse sustentação ao papel que ela cumpre no desenvolvimento da ciência e tecnologia agrícola e pecuária

no Brasil — disse.

Nárcio Rodrigues declarou ter dispensado atenção especial à institucionalização do Ministério da Pesca e Aquicultura, que, observou, é uma pasta recente, “mas que representa uma grande promessa para uma atividade que emprega, gera renda, riquezas e promove inclusão social”. O orçamento desse ministério também foi aumentado, passando de R\$ 372 milhões este ano para R\$ 484 milhões em 2010.

Uma das demandas não atendidas, pela falta de recursos no âmbito do orçamento do Ministério da Agricultura, foi com relação à disponibilização da ordem de R\$ 2,5 bilhões para a garantia de preços mínimos à produção agrícola.

De acordo com o relator-geral do projeto de Orçamento de 2010, deputado Geraldo Magela (PT-DF), essa carência de recursos pode ser resolvida após uma reestimativa de receita a ser feita pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), nos próximos dias, antes da votação final da proposta na CMO.

Na reunião de ontem foi lido ainda o relatório da Área Temática IV, que abrange Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, e Esporte.

## Congresso deve votar o Orçamento e vários créditos na próxima semana

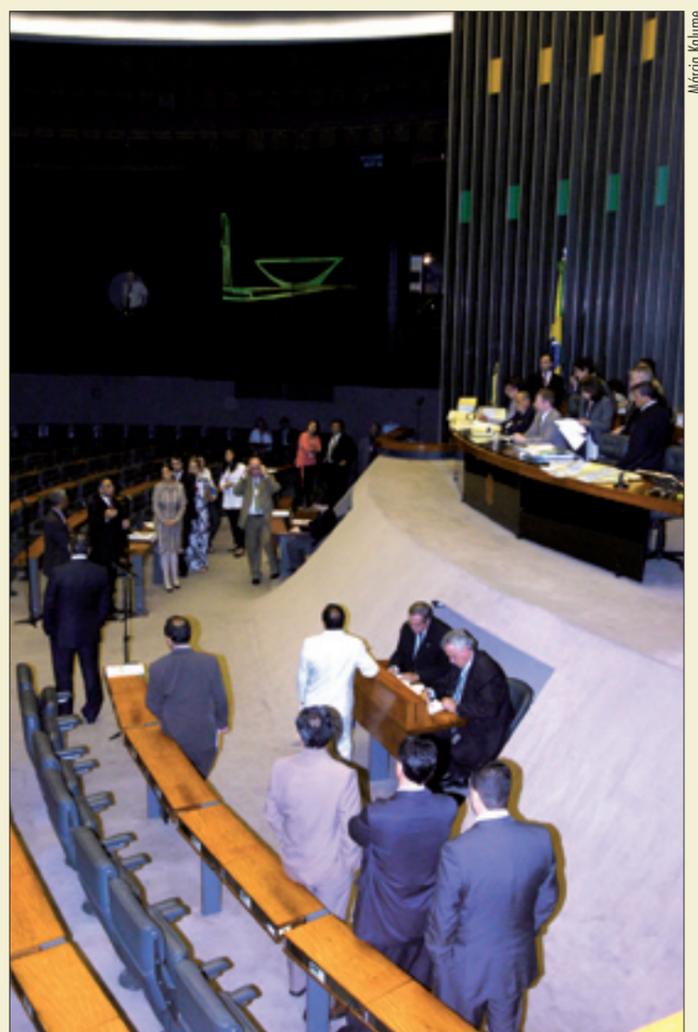
Por falta de quórum, a votação pelo Congresso Nacional de projetos de lei autorizando a abertura de créditos em favor de diversos ministérios e outros órgãos do Executivo, que estava prevista para ontem, foi adiada para terça-feira, às 20h30.

Constatada a ausência de quórum para deliberação, após pedido de verificação feito pelo líder do DEM, deputado Ronaldo Caiado (GO), o presidente da sessão conjunta, deputado Marco Maia (PT-RS), decidiu encerrar os trabalhos e marcou outras três sessões para a próxima semana.

Além da sessão de terça-feira, o parlamentar deixou agendada uma para quarta, às 12h, e outra para quinta, destinadas ao exame de créditos e também do projeto de Orçamento para 2010.

Se começar o próximo ano sem que o Orçamento esteja aprovado, o governo federal só poderá executar despesas obrigatórias como pessoal, ficando submetido a limitações quanto aos investimentos.

Nesse caso, só poderá utilizar um doze avos a cada mês da dotação prevista dos projetos em andamento.



Sessão do Congresso para apreciar créditos é suspensa por falta de quórum

Comissão de Relações Exteriores também aprovou acordo de livre comércio entre os países do Mercosul e Israel, que agora vai ao Plenário



Eduardo Azeredo preside reunião da CRE em que foram votados acordos com Noruega, Lituânia e Rússia, entre outros países

## Acordo com Paraguai visa combater contrabando

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem memorando de entendimento (PDS 813/09) para o estabelecimento de um grupo bilateral de inteligência Brasil-Paraguai na esfera da pirataria, da falsificação e do contrabando de produtos piratados e falsificados.

Para o relator, Romeu Tuma (PTB-SP), o Brasil tem grande preocupação em relação a medicamentos falsificados, porque acarretam, além de prejuízo fiscal, grande dano à saúde dos brasileiros.

A comissão também aprovou outros projetos de decreto

legislativo. Eles tratam de medidas para facilitar o acesso do Paraguai ao mar; de emendas à Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Marinha por Navios, da Organização Marítima Internacional; da rodada de negociações no Mercosul em matéria de serviços; de emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e da Constituição da União Internacional de Telecomunicações.

A CRE aprovou também o texto de Acordo por Troca de Notas, entre o Brasil e a Noruega (PDS 844/09), para permitir o trabalho remunerado de depen-

dentados do pessoal diplomático e consular, bem como os textos do Acordo Cultural Brasil-Lituânia (PDS 841/09) e do Acordo Brasil-Rússia para isenção de vistos para permanência de até 90 dias em cada território (PDS 842/09). Todos os projetos ainda precisam ser aprovados em Plenário do Senado.

Por requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a comissão aprovou a realização de depoimento do diretor-geral de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, na subcomissão da Amazônia, sobre a atuação do órgão na fiscalização das fronteiras brasileiras.

## Parlamentares terão originais de atos internacionais

A CRE aprovou proposta para exigir que os tratados, convenções e atos internacionais em exame no Congresso Nacional contenham, além da tradução, cópia do original em língua estrangeira, quando for o caso. Em seu parecer favorável ao PLC 141/08, Aloizio Mercadante (PT-SP) explica que a matéria visa garantir aos parlamentares a possibilidade de comparar o texto traduzido com o original, diminuindo a possibilidade de erros de tradução ou que falhas conceituais interfiram na apreciação da matéria. Já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto segue para o Plenário.

A CRE também aprovou o texto emendado da Convenção sobre o Regulamento Internacional de 1972 para evitar o abalroamento (colisão de embarcações) no mar, com as emendas adotadas até 29 de novembro de 2001. Para o senador Paulo Duque (PMDB-RJ), o PDS 478/09 representa um verdadeiro Código Internacional de Navegação de relevância para o Brasil tendo em vista sua costa marítima de mais de 8 mil quilômetros.

Ainda sobre segurança marítima, a CRE aprovou textos das resoluções adotadas nas sessões do Comitê de Segurança Marítima Internacional, realizadas entre 2003 e 2005, que resultaram em emendas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

## Projeto que pune pedófilo no exterior vai à CCJ

Projeto que permite punir o crime de pedofilia mesmo quando cometido no exterior, de acordo com a lei brasileira, sempre que a vítima ou o agente forem cidadãos brasileiros ou pessoas domiciliadas no país, foi enviado pela CRE à análise da CCJ sem ter sido votado.

O PLS 236/09, da CPI da Pedofilia, altera o Código Penal permitindo que a lei brasileira alcance qualquer pessoa que cometer crime contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, mesmo que o delito se dê fora do território brasileiro, como por meio da internet.

Em sua justificativa, o senador Magno Malta (PR-ES), presidente da CPI, explicou que o conceito da aplicação extraterritorial incondicionada da lei brasileira se inspira na proteção dos bens patrimoniais de crianças e adolescentes já em vigor. Para ele, torna-se necessário proteger também a liberdade sexual dos menores.

A CRE também aprovou projetos com textos de acordos de cooperação técnica do Brasil com Trinidad e Tobago (PDS 820/09), com o Sri Lanka (PDS 820/09) e com a Suazilândia (PDS 843/09). As proposições seguem para o Plenário.

## Palestina ganha área para instalar representação

Os senadores da CRE também aprovaram projeto que autoriza o Poder Executivo a doar área em Brasília para a instalação de representação da Delegação Especial Palestina. A proposta segue para a CCJ, onde receberá decisão terminativa.

A doação de terreno para instalação de embaixada é feita a todos os países que mantenham relações diplomáticas com o Brasil, não havendo necessidade de autorização do Legislativo. Como a criação de um Estado palestino soberano ainda depende de decisão da comunidade internacional, a doação de área precisa ser feita por lei federal, o que justifica a proposta acolhida na CRE.

No parecer aprovado, elaborado pelo senador João Pedro (PT-AM), o parlamentar esclarece que a medida visa regularizar uma "situação existente a título precário e homenageia significativa comunidade de palestinos situados em território nacional".

Cristovam Buarque (PDT-DF) explicou que o terreno disponibilizado para a Delegação Palestina, no Setor de Embaixadas Norte, ainda não foi regularizado, sendo tal procedimento o objetivo do PLC 295/09. O senador apresentou emenda para estabelecer que seja doado terreno para sede da Delegação Especial Palestina, e não para a embaixada, conforme constava do texto original.

## Aprovada gratuidade de vistos para estudantes no Mercosul

Estudantes e professores dos países do Mercosul não pagarão por vistos de estudos, conforme projeto aprovado ontem pela CRE, quando forem solicitar residência temporária para cursos secundários, de graduação, pós-graduação, docência ou pesquisa em estabelecimentos oficiais.

A proposta (PDS 848/09), da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, tem como objetivo promover maior intercâmbio educacional e cultural entre os integrantes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e beneficia também os familiares dependentes dos estudantes e professores.

### Israel

A CRE aprovou também os textos do acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel (PDS 925/09).

Para o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o acordo é

relevante por ser o primeiro, e por enquanto o único, que os países do Mercosul assinam em conjunto com um país fora do âmbito da América do Sul.

– Queremos assinar outros semelhantes com países da União Europeia, por exemplo, para promover maior integração do bloco com outras partes do mundo – disse Azeredo.

O senador ressaltou ainda que todos os produtos oriundos de Israel terão tarifas especiais em seu comércio com os países do Mercosul, com exceção daqueles oriundos dos assentamentos na Cisjordânia, da Faixa de Gaza, das colinas de Golan e de Jerusalém Oriental, locais submetidos à administração de Israel a partir de 1967, mas reivindicados pela Autoridade Palestina.

O acordo foi assinado em Montevidéu em dezembro de 2007. Os projetos seguem para o exame do Plenário.

## Novas regras para divulgação de dados de acidentes aéreos

A CRE aprovou proposta que cria normas para a divulgação de informações sobre acidentes aéreos. O texto (PLC 67/09), no entanto, é diferente do projeto original que foi aprovado na Câmara dos Deputados (PL 3.628/97), devido a alterações feitas pelo relator, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

O texto proveniente da Câmara, baseado em projeto do deputado Vic Pires Franco (DEM-PA), previa que, nos casos de acidentes aéreos com vítimas, a companhia responsável pela aeronave seria obrigada a publicar, no prazo de 90 dias, uma nota oficial com as conclusões periciais das autoridades policiais. A proposta também previa que, caso o laudo definitivo não estivesse pronto nesse prazo, as empresas teriam de publicar, a cada 30 dias, notas sobre o andamento das investigações.

### Impropriedade

Em seu relatório, no entanto, Heráclito afirma que há "uma evidente impropriedade na exigência de que uma empresa privada divulgue informações produzidas por um órgão público, pois somente

quem produz informações pode ser obrigado a publicá-las". Além disso, o senador argumenta que "não parece adequado exigir da autoridade policial a divulgação de um inquérito ainda inconcluso, notadamente quando se tem em vista que o interesse maior da sociedade diz respeito à prevenção de futuros acidentes".

### Publicação

O texto proposto por Heráclito e aprovado na CRE determina que o relatório final da investigação aeronáutica "será publicado no prazo mais curto possível" e, até que esse documento seja concluído, serão publicados relatórios preliminares a cada aniversário do acidente. Também determina que têm caráter sigiloso as declarações tomadas durante entrevistas destinadas à investigação e as gravações de conversas na cabine de pilotagem e nas dependências do controle de tráfego aéreo (e as respectivas transcrições).

A matéria ainda precisa ser examinada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.



Heráclito (com Patrícia Saboya) retirou prazo de 90 dias para a divulgação